

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ARTESANATO DE ARUMÃ: RELAÇÕES FAMILIARES E DE GÊNERO  
NA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE NOVO AIRÃO

Bolsista: Raiana Mendes Ferrugem, CNPq

MANAUS

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB-H/0023/2008

ARTESANATO DE ARUMÃ: RELAÇÕES FAMILIARES E DE GÊNERO  
NA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE NOVO AIRÃO

Bolsista: Raiana Mendes Ferrugem, CNPq

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Raquel Wiggers

MANAUS

2009

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas.

## RESUMO

Esta pesquisa objetiva perceber como se caracterizam e se configuram as relações de gênero que perpassam o sistema produtivo do artesanato de arumã, na Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA. Partimos da observação de que a distribuição das tarefas para confecção do artesanato é flexibilizada por elementos como o parentesco, geração e renda. É essa flexibilidade percebida na caracterização da distribuição das tarefas é o que justifica essa pesquisa, visto que a bibliografia sobre relações de gênero e trabalho em áreas rurais brasileiras, aqui revisada, apontam para uma divisão sexual do trabalho bem definida, onde o intercâmbio, ou mesmo, a complementaridade parecem distantes. Nesta perspectiva, segunda a proposta de Joan Scott (1990: 16) “o gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”. No que concerne às teorias referentes a meio rural partimos da noção de que o campesinato enquanto categoria analítica tornou-se insuficiente por subsumir uma variedade de objetos locais sob uma única linguagem teórica (ALMEIDA, 2007: 166). E devido “à peculiaridade” do município de Novo Airão esboçamos um breve debate sobre o processo de ambientalização, aí percebido.

Palavras-chave: Associação de artesãos. Artesanato de arumã. Relações de gênero.

## **ABSTRACT**

This research aims to understand how we characterize and determine whether the relationship of gender that permeate the production system of the craft fibers, the Association of Artisans of New Airão - AANA. We started from the observation that the distribution of tasks for making the craft is weakened by factors such as kinship, and income generation. It is this perceived flexibility in the characterization of the sexual division of labor that justifies the search, since the literature on gender relations, and work in rural areas in Brazil, reviewed here, pointing to a sexual division of labor well defined, where the exchange, or even , Complementarity seem distant. From this perspective, the second draft Joan Scott (1990: 16) "the genre is a means to decode the meaning and understand the complex relationship between various forms of human interaction." Regarding the theories concerning the rural areas started the notion that the peasantry as an analytical category has become insufficient to subsume a variety of objects under a single local language theoretical (ALMEIDA, 2007: 166). And because "the peculiarity" of the city of New Airão sketches a brief discussion on the process of environmentalisation, there noticed.

**Kay-words:** Association of Artisans. Craft fibers. Gender relations.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AANA – Associação de Artesãos de Novo Airão

APA – Área de Proteção Ambiental

FVA – Fundação Vitória Amazônica

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia

IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas

PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC's – Unidades de Conservação

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>08</b>
<b>Fundamentação Teórica.....</b>	<b>17</b>
1 - Novo Airão e o rural amazônico:.....	17
1.1 – Unidades de Conservação e a nova dinâmica para apropriação dos recursos naturais.....	20
<b>Desenvolvimento.....</b>	<b>25</b>
2 - Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA.....	25
2.1 - O manejo do arumã.....	29
2.2 - A produção do artesanato de arumã.....	32
2.3 – A AANA e a dinâmica auto-suficiente.....	33
3 - Gênero, antropologia e estudos rurais.....	35
3.1 – Relações produtivas e de gênero no interior da AANA.....	36
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>39</b>
<b>Fontes e Referências Bibliográficas.....</b>	<b>41</b>
<b>Cronograma.....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca compreender a inserção e a caracterização das relações de gênero na organização política e familiar dos artesãos que trabalham com a produção e venda do artesanato de arumã filiados à Associação de Artesãos de Novo Airão – ANAA. Por meio do trabalho familiar buscamos compreender as características da distribuição das tarefas na produção do artesanato de arumã, atentando para as relações de gênero que perpassam este sistema produtivo.

Este entendimento pressupõe a compreensão dos possíveis significados atribuídos pelos associados às concepções de homem e de mulher que pautam a separação entre trabalho masculino e feminino, ressaltamos que essas concepções estão ligadas às complexas relações sociais e representações que transcendem a simples diferença sexual.

Analisar e compreender as relações de gênero dentro do sistema produtivo do artesanato exige o esforço de tentar alcançar o significado do que é ser homem e o que é ser mulher, em outras palavras, tentar captar as representações de masculinidade e feminilidade.

Essa tentativa se constitui da observação em campo, entrevistas e conversas, com respaldo nas teorias, objetivando entender a caracterização das relações de gênero. Nas entrevistas, à princípio, observou-se uma tendência à afirmação da “igualdade de atividades” entre mulheres e homens ou, o contrário, “homens e mulheres realizam tarefas diferentes e cabe ao homem o sustento da casa”, mas a observação em campo não captou nitidamente nenhuma das “afirmações”, com isso as relações de gênero não foram mais abordadas diretamente, ou seja, passamos a questionar e observar a organização das relações em família e a distribuição das tarefas entre os associados, no intuito de perceber os possíveis marcadores que justifiquem a distribuição do trabalho entre homens e mulheres.

Ao invés de partimos das representações do que é trabalho feminino ou masculino, devido à percebida dualidade teórica e não prática, buscamos os elementos que podem constituir essas representações, quando relacionadas ao trabalho com artesanato.

O trabalho de campo foi pensado para obtenção de dados, para comprovação ou reformulação de hipóteses, questionamentos, servindo também para “descoberta de pistas para outras entrevistas”, pois “nestas investigações, o pesquisador é o mediador entre a análise e a produção da informação, não apenas como transmissor, porque não são fases sucessivas, mas como elo necessário” (CARDOSO, 2004, p.101).

A instrumentalização teórica somada a vivência em campo, orientam a relação intersubjetiva estabelecida entre o pesquisador e o(s) informantes (DAMATTA, 1987). Até o momento, foram realizadas entrevistas tipo mista, ou seja, com perguntas abertas e fechadas, diálogos informais relevantes também foram utilizados para obtenção dados nessa pesquisa.

Segundo a proposta de Geertz (1989, p. 6), ressaltamos que não são as técnicas e os processos metodológicos que definem a análise antropológica como forma de conhecimento, mas sim “o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa (...)”. Para o autor, o etnógrafo precisa apreender uma série de estruturas conceituais complexas, nem sempre claramente colocadas, para poder interpretá-las e depois apresentá-las sob a forma de análises antropológicas que serão as “leituras de segunda e terceira mão”. Neste sentido, pretendemos expor, sob a forma de análise antropológica, uma possível leitura das relações de gênero percebidas no sistema produtivo do artesanato de arumã da Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA.

Este relatório é composto por esta introdução seguida da fundamentação teórica; desenvolvimento; fontes e referências bibliográficas e cronograma. A fundamentação teórica refere-se à apresentação do município de Novo Airão onde se localiza a Associação de Artesãos de Novo Airão - AANA, pautada na percepção da sociedade agrária em fluxo, o

rural em contato com urbano, como sugere Joan Vincent (1987). Somado às noções de Mauro Almeida (2007) e Mark Harris (2006) que realizam o movimento de distanciamento das respectivas teorias clássicas sobre campesinato e sobre Amazônia. E apresentamos a relação entre a presença de unidades de conservação e apropriação de recursos naturais, realizando uma pequena explicação sobre processo de ambientalização e suas conseqüências.

A segunda parte da fundamentação teórica refere-se aos debates teóricos que constituíram ou engendraram os estudos de gênero, na Antropologia, seguido da definição e explicação de qual teoria nos apoiamos para desenvolver esta análise. Isto definido, expomos brevemente a perspectiva teórica e interpretativa comum aos estudos de gênero que enfocam as relações de trabalho no meio rural.

O desenvolvimento deste relatório, que vislumbram os resultados parciais, concerne à apresentação da Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA que se inicia com breve histórico sobre sua fundação, relação com a organização não-governamental Fundação Vitoria Amazônica - FVA, os projetos em parceria implementados. Desenvolvemos uma breve descrição, respalda pelo trabalho de campo, à cerca das relações que se estabelecem na sede a AANA, o uso do espaço da sede, as relações estabelecidas entre os sócios que respaldam e fomentam a produção do artesanato.

### **Rede de relações: contextualizando os informantes**

Na perspectiva de anunciar os assuntos que serão tratados ao longo desse relatório localizo alguns dos informantes e alguns elementos de suas respectivas falas, registradas nas idas à campo que respaldam a análise que desenvolveremos.

O trabalho de *survey* (MALINOWSKI, 1980) realizado entre o dia 1º e 03 de outubro de 2008, iniciou-se com um telefonema para AANA, no dia 29 de setembro. Ao falar com Edinir, a responsável pela loja da associação na época, apresento-me, digo do meu interesse

em fazer um trabalho sobre a associação e que, para tanto, gostaria de conversar com alguns sócios sobre a AANA. Com a “permissão” da Edinir e sua futura colaboração garantida, saio da rodoviária de Manaus, no dia 1º de outubro de 2008 com o alerta de, certamente, não encontrar o presidente da associação para uma entrevista, mas na esperança de entrevistar/conversar com vários sócios. Um pouco depois chego à Novo Airão. No dia seguinte, sou apresentada ao presidente da AANA Antonio Clemente<sup>1</sup>, pelo Seu Raimundo, dono do restaurante Carioca, que já sabia do motivo da minha estada em Novo Airão.

Durante a entrevista, Antonio Clemente me apresenta uma espécie de *esqueleto*<sup>2</sup> geral da organização da AANA: sua fundação, o perfil dos sócios, a confecção do artesanato de arumã, a extração das matérias primas e projetos e parcerias da associação com organizações não governamentais. Essa entrevista foi seguida de uma visita a sede<sup>3</sup> da AANA, a “Central de Artesanato Dias Figueira”.

Na manhã do dia 03 de outubro, na sede da AANA, finalmente conheço Edinir<sup>4</sup>, que fala sobre a diretoria da AANA, enfatizando e comparando a função desenvolvida pela tesoureira em relação ao papel do presidente; “*as dificuldades*” de trabalhar com o arumã; a participação dos sócios nas atividades da associação: reuniões, assembléias, limpeza do terreno e da sede da AANA; e sobre a disponibilidade dos sócios para viajar às feiras e eventos. E, por fim, destaca “*o trabalho dos sócios com casa de farinha, roça e pesca*”.

---

<sup>1</sup> **Antonio Clemente**, 28 anos, nasceu em Santa Izabel do Rio Negro e foi para Novo Airão no início da década de 80, como os pais Dona Percília e Seu Valdivino e as irmãs: Sonia, Alberta, Ednéia, Ercília e Ivete.

<sup>2</sup> Segundo Malinowski (1980 : 54-55), com base no esqueleto “não podemos imaginar as realidades da vida humana, o fluir constante dos eventos cotidianos (...) ou algum acontecimento singular”, falta-nos ainda o “o corpo e sangue da vida real”.

<sup>3</sup> Localizada na Avenida Ajuricaba, nº 55, bairro: Cento, cidade: Novo Airão - AM

<sup>4</sup> **Edinir**, 32 anos, saiu do Pará em 99 e veio para Novo Airão morar na Comunidade Sobrado onde ela e o marido “*viviam da agricultura*”, mudou-se para cidade em 2005 com o marido e filhos porque “*os meninos precisavam ir para escola*”. Antes de associar-se à AANA, em janeiro de 2007, Edinir “*trabalhava no colégio*” como funcionária da prefeitura de Novo Airão.

Durante a conversa com Edinir, sou apresentada ao Carlos Alberto<sup>5</sup> que, por ser “*filho dos artesãos Carlito e Maria Derli, já nasceu tecendo*”. Carlos Alberto descreve as condições de emprego em Novo Airão e explica que na sua casa “*todos ajudam a tecer porque é muito difícil conseguir emprego de carteira assinada*”. E lembra o papel IBAMA que por “*proibir tudo acaba dificultando a vida das pessoas*”.

Ao final deste pré-campo, as entrevistas e conversas realizadas levantaram vários aspectos sobre a organização da associação e sobre a própria dinâmica do município de Novo Airão. O que resultou na construção do questionamento: como pensar a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero, sem cair na reafirmação de ideais feministas ou na universalização de papéis de gênero, e admitindo a possibilidade de uma não hierarquização na relação entre os gêneros, onde a “subordinação/dominação” da mulher é repensada e o “poder” é generalizado e resignificado não podendo ser fixado em apenas um gênero.

Pensar o gênero como algo construído social, cultural e historicamente tentando transcender à representação construída sob a base sexual e fazendo contextualizações empíricas e simbólicas é o ideal, mas como fazê-lo? Como articular a este esforço a permanência em campo que, por vezes, é pautada e delimitada por variáveis como tempo, dinheiro, disponibilidade ou não de ficar na casa dos entrevistados, etc.

A volta à Novo Airão, realizada entre o dia 1º a 04 novembro de 2008, objetivava iniciar as observações, conversas e entrevistas a fim de perceber como as relações de gênero se configuravam na Associação de Artesãos de Novo Airão.

No dia 02 de novembro de 2008, na sede da AANA conversei com Erivaldo<sup>6</sup> que me dá elementos que permitem a construção da genealogia da família Clemente Martins. Isso faz

---

<sup>5</sup> **Carlos Alberto**, 26 anos, nasceu em Novo Airão. Aprendeu a tecer quando era criança e trabalhou durante uns 10 anos com artesanato. Atualmente, quando está desempregado ajuda a tecer em casa. Mora com os pais Maria Derli e Carlito e as irmãs Eliane e Eliene e mais três sobrinhos. Da família do Carlos Alberto são sócios da AANA: Maria Derli, Carlito e Eliene.

<sup>6</sup> **Erivaldo**, 23 anos, nasceu em Santa Izabel do Rio Negro, filho da Ivete e do Moisés e sobrinho do Antonio. Erivaldo foi para Novo Airão com 9 anos, aprendeu a tecer quando era criança e a partir dos 11 anos começou a

com que as relações de parentesco apareçam, nesta pesquisa, com um elemento a mais para pensar na fundação, organização e manutenção da existência da AANA.

Ao falar sobre o manejo do arumã<sup>7</sup> e sobre as coletas já realizadas, Erivaldo fez referência à Sonia<sup>8</sup>, como quem eu “*deveria conversar para ter melhores informações sobre a associação*”. Ao final da conversa, me convida para participar da assembléia<sup>9</sup> da AANA, pois seria “*uma oportunidade para conhecer mais sócios e ver como a associação funciona*”.

Na manhã do dia 03 de novembro de 2008, na sede da AANA, converso com o “Seu” Manoel<sup>10</sup>, sócio da AANA desde 1998, que relata história da AANA comparando com sua situação atual, enfocando os atuais problemas com o pagamento dos sócios e alguns conflitos entre os sócios e entre os sócios e a diretoria da associação.

No horário da assembléia, os sócios foram chegando aos poucos e “Seu” Manoel os apresenta para mim. O presidente da associação, Antonio, chega e me reconhece e já se prontifica para uma entrevista, interrompendo a conversa informal que mantinha com os outros sócios<sup>11</sup>. O presidente faz questão de “privacidade” e, por isso, entramos no salão da AANA.

Enquanto realizo a entrevista com Antonio, observo uma mulher e seu filho organizando as cadeiras no salão, colando cartolinas na parede da sede e separando alguns papéis de uma pasta, enquanto um homem escreve o que seria a pauta da reunião no quadro negro encostado na parede ao lado das cartolinas. Não demora muito e descubro que a mulher

fazer encomendas para AANA, aos 18 foi para São Gabriel da Cachoeira “*servir o exército*” e voltou em janeiro de 2008 com a esposa e uma filha e se associou a AANA.

<sup>7</sup> A arumã que pode ser coletado por meio do manejo é o *Ischnosiphon polyphyllu*.

<sup>8</sup> **Sonia**, 33 anos, sócia e artesã da AANA desde a fundação, tesoureira desde 2006. Filha da Dona Percília e do Seu Valdivino. Sonia é casada com o Rubinho e é mãe de três filhos, trabalha com agricultura e é sócia da colônia de pescadores de Novo Airão.

<sup>9</sup> Que seria no dia 03 de maio de 2008, às 15 horas, tendo como pauta: “*Leitura da ata da última assembléia. Prestação de Contas do ano de 2007. Entrada e saída de sócios. Discussão sobre estatuto e diretoria. Negociação do manejo do arumã no rio Unini. O que houver.*”

<sup>10</sup> **Seu Manoel**, 73 anos, nasceu na Paraíba e fazia “artesanato para brincar” quando era criança. Aos 17 foi para Rio de Janeiro servir ao exército, depois foi para São Paulo trabalhar com construção civil. Chegou à Novo Airão em 1973, e foi morar na Comunidade Aracari.

<sup>11</sup> Mariléia, José, Ivanildo e o Seu Manoel.

que cola os cartazes é a Sonia, tesoureira da AANA, e o homem que anota a pauta é o Rubem<sup>12</sup>, secretário geral da AANA, isso porque ao longo da entrevista Antonio pergunta e confirma algumas informações com a Sonia. A assembléia começa, eu continuo sentada onde estava assistindo de longe até que o Antonio me convida para sentar mais perto. Aproximo-me e sento no círculo com os demais sócios e continuo a “observação”.

Ao término da assembléia, Sonia e o seu marido Rubinho<sup>13</sup> organizam o salão enquanto me apresento e, após rápida conversa, marcamos a entrevista para a manhã seguinte em sua casa. Na casa da Sonia, converso com a Dona Percília<sup>14</sup> sobre a fundação da AANA e sobre o início da parceria com a Fundação Vitória Amazônica - FVA<sup>15</sup>.

Sonia acrescenta o papel desenvolvido pela FVA na articulação da participação da AANA em feiras regionais e nacionais e no custeamento das passagens por meio de editais de financiamento do Ministério do Meio Ambiente - MMA. A entrevista com a Sonia foi importante para elucidar como o trabalho da pesca e da agricultura se articulam com a produção de artesanato de arumã, pois até então só sabíamos que “*a maioria dos sócios trabalha com roça e agricultura*”, mas não sabíamos como. O dado interessante é que a participação das mulheres nessas atividades varia de família para família.

No caso da pesca, por exemplo, há mulheres que são sócias da colônia de pescadores e pescam junto com seus maridos, caso da Sonia. E há outras mulheres que participam da pesca, mas só no que se refere à limpeza e venda dos peixes, caso da Alberta<sup>16</sup>. Ao falar de

---

<sup>12</sup> **Rubem**, 35 anos, nasceu em Tefé e foi para Novo Airão em 1988, é casado com a Ednéia, irmã da Sonia e do Antonio. É sócio da AANA, mas não é artesão. No dia desta assembléia deixou de ser sócio da AANA, porque se candidataria à vereador nas eleições de 2008.

<sup>13</sup> **Rubinho**, 36 anos, é “*sócio e coletor*” da AANA, mas também “*tece*”. Sócio da Colônia de Pescadores de Novo Airão.

<sup>14</sup> **Dona Percília**, 62 anos, nasceu em Santa Izabel do Rio Negro, foi morar em Novo Airão em 1982, com o marido Seu Valdivino e os filhos: Antonio, Sonia, Alberta, Ednéia, Ercília e Ivete. Ensinou todos os filhos a tecerem e antes da criação da AANA, vendia artesanato na rua.

<sup>15</sup> Organização não-governamental, sediada em Manaus, que executa projetos direcionados à conservação ambiental e à promoção social, que atua na área da bacia do Rio Negro, definição disponibilizada no próprio site da ONG e refletida no seu material impresso que divulga sua atuação e seus projetos.

<sup>16</sup> **Alberta**, 42 anos, nasceu em Santa Izabel do Rio Negro foi para Novo Airão em 1982, com os pais Donna Percília e Seu Valdivino e os irmãos. Alberta é casada com Moisés com quem teve seis filhos: Patrícia, 19 anos;

pesca, Sonia se refere aos “*problemas como o IBAMA*” que regula os locais onde a pesca é permitida.

A quarta ida a campo, realizada entre os dias 23 a 26 de novembro de 2008, objetivava estabelecer contato mais próximo com os demais sócios, para tanto, realizaria entrevistas nas casas dos sócios. A organização das famílias entorno das atividades do artesanato, pesca e agricultura foi explicada pela Alberta, que ainda descreveu relações e atividades ligadas ao espaço da casa e a idéia de família, como a “criação dos filhos” e a realização das “tarefas de casa”.

Já a entrevista feita com o Erivaldo, na tarde do dia 26 de maio, na sua casa, revelou como a divisão, ou melhor, diferenciação do trabalho com base no gênero pode variar, mesmo quando acompanhada da noção de trabalho “*leve*” e “*pesado*”.

O último trabalho de campo, realizado entre os dias 17 a 31 de janeiro de 2009, vislumbrou as etapas de produção do artesanato e sua conseqüente distribuição de tarefas com base no gênero, parentesco e geração; o convívio entre os sócios na sede da Associação de Artesãos de Novo Airão- AANA, norteados por uma idéia de pertencimento familiar, a distribuição das encomendas e o processo de aquisição das matérias-primas e, por fim, compreendemos a atual relação entre a AANA e a FVA. Esses elementos foram extraídos das entrevistas e dos diálogos informais realizados na sede da AANA, enquanto os sócios teciam *tupés*<sup>17</sup>, preparavam as matérias-primas, limpavam o terreno, ou enquanto esperavam “a chuva passar” ou “o sol baixar” para voltar para suas casas.

Por este trabalho de campo ter sido mais extenso que os anteriores, não pontuarei as entrevistas, visto que alguns informantes se repetiram<sup>18</sup> e os dados anteriormente fornecidos

---

Patriciane, 15 anos; Marcus, 12 anos; Fábio, 9 anos; Carliane, 6 anos e Raisa, 4 anos. “*A Patrícia e Patriciane fazem o acabamento das peças e o Marcus carrega, lava, destala e pinta o arumã porque ainda tá aprendendo a tecer*”.

<sup>17</sup> Tape feito com talas de arumã, existem vários tipos de tramas para os tupés, as tramas são as possíveis figuras e desenhos que aparecem de acordo com a disposição da talas que constituem os tupés. (ver anexo)

<sup>18</sup> Eriivaldo, Jocy, Sonia, Rubinho, Dona Percília, Antonio, Ednéia, Seu Manoel.

foram detalhados. Destaco apenas a entrevista realizada com a Sebastiana<sup>19</sup> que explicitou que a relação da AANA com o IPAAM e com o IBAMA é baseada na “*falta de consenso sobre qual é o mapa certo que define as áreas protegidas*”. Sebastiana contribui para a compreensão do processo paulatino de afastamento da FVA, ocorrido entre anos de 2000 a 2002.

Ressalto que durante esses 15 dias de trabalho de campo, o fato da Sonia ter me ensinando a “tecer tupé” foi elemento que me aproximou dos sócios que vivenciaram o cotidiano da *central* durante esse período, pois o meu *tupé* tornou-se uma “justificativa” para uma relação menos formal permeada por “piadas” e “brincadeiras” me permitindo observar/testemunhar uma convivência entre os sócios muito mais à vontade, e me possibilitou uma circulação mais livre pelos espaços da *central*, além de ter facilitado as conversas/entrevistas; pois o fato de eu estar tecendo, como as demais pessoas que freqüentavam à AANA, suavizava a relação pesquisador e pesquisados, tendo por vezes o efeito contrário, visto que em volta do meu *tupé*, enquanto algum sócio “ajeitava as minhas talas” eu é que era entrevistada.

---

<sup>19</sup> Sebastiana, 30 anos, é sócia da AANA desde de 1998. De 1998 até 2001 tecia junto com a mãe, Dona Esteba e o irmão, a matéria prima era coletada em família (pela: mãe, o irmão, a irmã e o cunhado). A partir de 2001, a mãe e o irmão foram morar na Comunidade Aracari, por isso, Sebastiana começou a trabalhar com a Sonia e o Eivaldo na sede da associação.

## **CAPÍTULO I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1. Novo Airão e o rural amazônico**

O município de Novo Airão<sup>20</sup>, no estado do Amazonas, situa-se na margem direita do rio Negro, a 115 km de Manaus por via fluvial e a 143 km por rodovia, e é onde se localiza a Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA. Em Novo Airão, convivem práticas e elementos rurais e urbanos e atividades econômicas como o artesanato, a pesca, o comércio, e práticas turísticas, além da agricultura. Nesta perspectiva, o rural é por nós concebido, como não sendo essencialmente agrário, a agricultura e a propriedade de terras desaparecem enquanto marcadores do que é rural, como sugere Vincent (1987). Existe um fluxo organizado de pessoas, de atividades econômicas e de relações sociais difundidas além de uma base territorial, especificamente ou essencialmente rural, e são essas relações difundidas que organizam o seu uso.

Neste sentido, não se faz necessário revisar teorias clássicas sobre campesinato, pois percebemos a sociedade agrária em fluxo, o rural em contato com urbano, onde a relação campo-cidade não possui limites definidos. De acordo com Almeida (2007, p.166), a noção de que o campesinato enquanto “conceito que permitia subsumir uma enorme variedade de objetos locais sob uma única linguagem teórica morreu”.

No entanto, os sujeitos e situações anteriormente vislumbrados pelo campesinato “continuam vivos,” mas agora são abarcados por “antropologias dos sujeitos, antropologias de atividades” entre outras, pois “o fim anunciado das categorias de campesinato vem com o ressurgimento do nominalismo antropológico” (ALMEIDA, 2007, p.174).

---

<sup>20</sup> O município de Novo Airão fica ao norte do estado do Amazonas e é cortado transversalmente pelo Rio Negro, limita-se com os municípios de Presidente Figueiredo e Manaus a leste, Iranduba, Manacapuru, Caapiranga e Codajás ao sul, Barcelos a oeste e com o Estado de Roraima ao norte.

Justificando o nosso distanciamento das teorias clássicas sobre campesinato e aproximando da perspectiva de Almeida (2007) e a antropologia dos sujeitos, concebemos que Harris (2006) realiza esforço semelhante ao analisar o modo amazônico de ser no tempo, pois se distancia das teorias e/ou interpretações “tradicionais” ou “legitimadas” relacionadas ao mundo rural amazônico. Assim, Harris (2006) considera que as análises culturalistas e referente à caboclicização perceberem, os ditos caboclos, como resultado de uma heterogeneidade de forças conquistadoras da Amazônia, mas para Harris (2006, p.83) “não há uma cultura cabocla enquanto realidade ontológica ou enquanto rede de crenças ou um legado imóvel”.

O outro pólo de teorias “refutadas” seriam as interpretações históricas de uma economia cíclica baseada em booms e estagnação que não vislumbram o dinamismo que garantiu a reprodução social nos períodos de estagnação e a capacidade de reorganização e reprodução social sob novas condições e a consequente significação das mesmas.

Ressaltamos que essa “capacidade de abraçar a mudança sem que isso resulte no fim do modo de vida corrente (...) é baseada na organização e no controle da mão-de-obra e dos recursos através das relações de parentesco” (HARRIS, 2006, p. 91). Para Harris (2006, p.92) “a invisibilidade do dinamismo local é causada tanto por sua falta de conspicuidade, como pelo fato de ser baseada no parentesco”.

Neste sentido, não só nas teorias e estudos sobre a Amazônia, criticados por Harris (2006), a invisibilidade das relações de parentesco aparecem. Woortmann (1995), ao analisar as principais teorias sobre campesinato, constata que “as teorias do campesinato não levam em consideração a dimensão do parentesco como princípio organizatória e como elemento central da reprodução social” (WOORTMANN, 1995, p.29).

O destaque para a problemática da invisibilidade teórica das relações de parentesco se justifica devido à percepção, em campo, de que a realização das atividades da pesca,

agricultura e na produção do artesanato é permeada por redes de parentesco, ou seja, os sócios e sócias da AANA contam com a participação e auxílio dos parentes, consangüíneos e afins, para pescarem, plantarem *uma quadra* e para o tecimento de *tupés*. Na pesca é comum a reunião de cunhados; na agricultura os sócios e sócias realizam *mutirões* ou *troca de dia* onde homens e mulheres realizam praticamente as mesmas tarefas, visto que o preparo do almoço ou do café da manhã, que antecede o *mutirão* ou a *troca do dia*, é preparado principalmente pelas mulheres, mas isso não impede a participação masculina.

Em relação à produção do artesanato, o funcionamento da rede de parentesco dos *Clemente Martins* é nítido, primeiramente, no que concerne à administração da AANA, visto que a diretoria é composta por parentes e pelos que são considerados e se consideram parentes; segundo, nas etapas de produção para confecção do artesanato de arumã que são permeadas pela presença dos parentes dos associados, na sede da AANA, e pelo fato dos mesmos sempre participarem da confecção do artesanato, o que já anuncia uma certa flexibilidade neste sistema produtivo<sup>21</sup>

Estas redes de parentesco que suavizam a divisão sexual do trabalho, e permitem intercâmbios na realização e na distribuição das tarefas para a confecção do artesanato, essa suavização, em certa medida, descaracteriza divisão sexual do trabalho que deixa ser fixa e extremamente dual.<sup>22</sup>

Por fim, sempre “existiram continuidades e convergências, descontinuidades e resistências” permeando as características que compõem o rural amazônico, da mesma forma que “os traços do antigo campesinato reapareceram reagrupados sob a noção de populações tradicionais” (ALMEIDA, 2007, p.176). A somatória destes fatores resulta num “presente ambivalente”, como sugere Harris (2006), que pode ser percebido e/ou explicado pelo exercício da etnografia e sua conseqüente análise antropológica.

---

<sup>21</sup> Este aspecto será desenvolvido no segundo capítulo.

<sup>22</sup> Essa questão será melhor evidenciada no terceiro capítulo, onde detalharemos as etapas que compõem a produção do artesanato e como as relações de gênero se configuram.

## 1.1 Unidades de Conservação e a nova dinâmica de apropriação dos recursos naturais

A título de uma apresentação circunstancial do município de Novo Airão que objetiva situar o contexto onde vivem os sócios da Associação de Artesão de Novo Airão- AANA destacamos a presença das unidades de conservação, visto que a existência das mesmas impõe uma nova dinâmica à apropriação das matérias-primas utilizadas na produção do artesanato de arumã e estabelece restrições à prática da pesca, que já foi a principal fonte de renda para alguns sócios da AANA<sup>23</sup>.

O município de Novo Airão apresenta a peculiaridade de ter aproximadamente 81,40% do seu território coberto por Unidades de Conservação<sup>24</sup>, Área indígena e Terras da Marinha. Deste total, 53,96% são Áreas de Proteção Ambiental, 26,94% são terras indígenas e 0,50% são Terras da Marinha<sup>25</sup>. Destacamos, dentre as várias unidades de conservação, o Parque Nacional do Jaú – PNJ e a Estação Ecológica Anavilhanas – ESEC, visto que estas duas unidades de conservação recebem maior destaque enquanto áreas para turismo ecológico.

No âmbito das reflexões e análises sobre o mundo rural e processos de ambientalização<sup>26</sup> que apresentam a problemática da apropriação e do uso dos recursos naturais e seus respectivos significados, regulamentações e implementações legais de mecanismo de proteção ambiental, pode-se identificar várias posturas teóricas e políticas, os conservacionistas que incorrem na implementação de uma política ambiental sem sujeito e

---

<sup>23</sup> A agricultura também é realizada pelos sócios da AANA mesmo não sendo muito rentável, pois não visa à comercialização dos produtos cultivados, diferentemente da pesca e do artesanato, e é realizada periodicamente pelos sócios da AANA que possuem “sítios” nas comunidades Aracari e Sobrado.

<sup>24</sup> De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000). As unidades de conservação dividem-se em dois grupos, com características específicas. As Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre. E as Unidades de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

<sup>25</sup> Para mapas e maiores explicações a respeito ver MENEZES (2008: 30).

<sup>26</sup> De acordo, com Leite Lopes (2004) o processo de ambientalização refere-se à intensificação dos dispositivos legais e medidas concernentes à conservação ambiental; uma mudança nas relações de interesses e reivindicações referentes à política ambiental, “tal processo implica simultaneamente em transformações no Estado e no comportamento das pessoas para tratar da questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos” (LEITE LOPES, 2004, p.32).

aqueles autores que alegam que o uso tradicional dos recursos, assim com a apropriação dos espaços deve ser reconhecida judicialmente.

A intensificação de políticas estatais concernentes à preservação do meio ambiente, entre os anos 1970 e o final do século XX, modificou a dinâmica territorial na Amazônia; o que contribuiu para que os povos tradicionais, que se dedicam a atividades rurais, atuem politicamente de forma específica frente ao Estado, reivindicando juridicamente terras e o uso e apropriação de recursos naturais visto que isso reflete na forma de organização familiar, espacial, territorial e na produção econômica desses agentes<sup>27</sup> sociais.

Sublinharemos duas perspectivas a preservacionista/conservacionista e o socioambientalismo, para dimensionar como são complexas as relações e posicionamentos políticos que perpassam problemática da proteção ambiental e à implementação de políticas ambientais (Little, 2002; Lins, 1992; Leite Lopes, 2006).

O modelo de preservação ambiental calcado na criação de unidades de conservação caracteriza uma política estatal hegemonicamente preservacionista e implica na “criminalização” de atos corriqueiros e fundamentais (Arruda, 1999:84) para a reprodução sociocultural das comunidades submetidas a tais políticas.

O Parque Nacional do Jaú e a Estação Ecológica Anavilhanas são considerados, pela Prefeitura de Novo Airão, como “belezas naturais” que fazem do município “um paraíso ecológico no qual essas unidades de conservação abrigam inúmeras espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção, dentre elas a espécie sob maior risco é o peixe-boi, símbolo de preservação do município” (Folheto da Prefeitura de Novo Airão, s/d).

Neste contexto, a postura da Prefeitura de Novo Airão aproxima-se do que Diegues (2001) denomina de a visão dos preservacionistas e das entidades conservacionistas estatais

---

<sup>27</sup> As agências e agentes em questão são as associações locais, sindicato de trabalhadores rurais, colônia de pescadores, cooperativas de beneficiamento de matérias-primas; organizações não governamentais e as instituições governamentais (INCRA, IBAMA, IPAAM, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Estadual de Meio Ambiente).

que, por vezes, entram em conflito com a visão das chamadas *populações tradicionais*, pois “os modelos de conservação ambiental materializados em ações estatais mais do que uma estratégia governamental de conservação, refletem, de forma emblemática, um tipo de relação homem/natureza” (DIEGUES, 2001, p. 158).

O crescimento do estabelecimento de novas áreas protegidas, a partir da década de 1970, produziu um grande impacto fundiário no país devido ao alto índice de sobreposição das novas áreas protegidas com os territórios sociais dos povos indígenas, dos quilombolas e das comunidades extrativistas visto que a maioria dessas áreas eram de proteção integral, o conflito da sobreposição foi solucionado, pelos preservacionistas, com a expulsão dos habitantes de “seus” novos territórios, mediante indenização ou por reassentamento compulsório (Little; 2002).

Para Arruda (1999:86) a tentativa de solucionar os problemas de sobreposição de áreas esbarra na ineficácia da ação repressiva, nas dificuldades de fiscalização, nos problemas sociais decorrentes da expulsão das populações e disseminação do significado das políticas ambientais como políticas repressivas e contrárias ao interesses das populações locais.

Em decorrência da existência e gravidade desses conflitos que já não podiam ser ignorados, em meados da década 1980, outra vertente do movimento ambientalista, a socioambientalista se destaca na esfera política da sociedade civil. Segundo Little (2002: 17), houve um notável aumento da visibilidade e do poder político dos movimentos sociais e organizações não governamentais, e os povos tradicionais que não estavam alheios a este processo a ele rapidamente se incorporaram, o que transformou de forma fundamental suas lutas territoriais.

Aqui constam ações como o estabelecimento de associações locais, a emergência de movimentos sociais regionais e nacionais que promoveram seus interesses, sua articulação política com ONGs que possuíam interesses ou estratégias afins e a subsequente colaboração conjunta em campanhas e outras atividades políticas (LITTLE, 2002: 18).

Neste contexto, a Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA emerge como uma das várias associações que buscam o “reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação dos recursos naturais (...) que envolve diferentes atividades produtivas exercidas por unidades de trabalho familiar, tais como: extrativismo, agricultura, pesca, caça, artesanato e pecuária” (ALMEIDA, 2006, p. 31).

Não pretendemos discutir a validade ou não da implementação dessas unidades de conservação no município de Novo Airão, de acordo com a proposta de Menezes (2008:34) “o que se critica não é a porcentagem alta de áreas de preservação ambiental e sim a maneira como elas são implementadas e as conseqüências que estas impõem aos denominados povos e comunidades tradicionais.”

A presença dessas unidades de conservação impõe uma nova dinâmica à apropriação dos recursos naturais e estabelece restrições à prática da pesca e caça nas unidades de uso sustentável, e proíbe a presença de pessoas e a extração de qualquer produto natural nas unidades de proteção integral.

Neste contexto, para os sócios da Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA, o artesanato de arumã assume destaque como atividade econômica, pois a presença das unidades de conservação impossibilita a realização “livre” de atividades como pesca, caça e extração de produtos da floresta, mas o peso dessa nova dinâmica para apropriação incide majoritariamente sobre a pesca, visto que o IBAMA têm técnicos e uma base para fiscalizar a presença de barcos pesqueiros ou barcos de pesca (grandes e pequenos) no leito dos rios que pertencem às unidades de conservação.

De acordo com os dados obtidos em campo, a fiscalização referente à pesca em áreas proibidas consiste em “*parar o barco, o técnico do IBAMA revista o barco procurando peixes, bicho de casco, ovos (...) o que for, e caso encontre a punição varia entre uma multa*

*até apreensão do barco e do material utilizado na pesca*” (Entrevista com Carlos Alberto, AANA, 03/08/08).

A extração de produtos da floresta como a goiaba de anta, o urucum, ingá xixica utilizados para tingir as fibras de arumã para confecção do artesanato, é feita na “*mata próximo à entrada da cidade*” e em outros locais não especificados, o que expressa certo cuidado, por parte dos associados, na escolha dos locais pra extração visto que há uma fiscalização do uso e apropriação dos recursos naturais.

Isso somado às afirmações sobre a fiscalização desempenhada pelos técnicos do IBAMA com relação à pesca, nos fazem ratificar que a fiscalização “*existe*” não só nas áreas de proteção integral onde a apropriação dos recursos é proibida, mas nas áreas de uso sustentável e no entorno.

O problemático aqui é a “*falta de consenso sobre qual é o mapa certo que define as áreas protegidas*” pois assim associações como a AANA que diretamente com o uso e apropriação de recursos naturais não pode definir previamente por meio de planos de manejo a apropriação da matéria-prima necessária para a produção, além de sofrerem as conseqüências da indefinição e/ou ambivalência desse dispositivo legal.

Esse processo de ambientalização dos conflitos (Leite Lopes; 2004); aqui entendido como, a intensificação dos dispositivos legais e medidas concernentes à conservação ambiental; mudanças nas relações de interesses e reivindicações referentes à política ambiental; é constituído por diversos agentes e agências. A variedade de posicionamentos, estratégias de negociação e interesses comuns e conflitantes que permeiam não só a implementação da política ambiental, mas o debate teórico.

## **Capítulo II DESENVOLVIMENTO**

### **2. Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA**

A criação da Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA se deu por meio do Projeto Fibrarte desenvolvido no âmbito do Programa de Alternativas Econômicas - PAE da organização não-governamental Fundação Vitória Amazônica – FVA<sup>28</sup>. De acordo com o Coordenador Geral da FVA Carlos Durigan,

a Fundação Vitória Amazônica – FVA buscando implementar ações focadas na construção de modelos participativos de manejos dos recursos naturais na bacia do rio Negro, gerou, no início dos anos 90, um processo de discussão em torno do manejo de produtos florestais não madeireiros e seu potencial de geração de renda. Este processo culminou no aparecimento do Projeto Fibrarte e no suporte a um grupo de artesãs e artesãos, que em 1996 formaria a Associação de Artesãos de Novo Airão - AANA (DURIGAN, 2006, p.8).

Para Durigan (2006, p.8) a principal meta do Projeto Fibrarte era “possibilitar alternativas de geração de renda para as populações da bacia do rio Negro através da atividade tradicional de produção de artesanato em fibras vegetais com base no manejo responsável das matérias-primas e práticas justas de comercialização”.

Nesta perspectiva, as ONGs emergem não apenas representando e materializando o próprio movimento ambientalista, mas aliando conservação ambiental e melhoria das condições de vida das populações locais (Arruda; 1999), o que na prática pode ser percebido na criação e desenvolvimento de projetos de manejo coletivo de recursos naturais que viabilizam a implantação de sistemas alternativos de produção para as populações que se inserem numa nova dinâmica que regula a apropriação e uso dos recursos naturais.

Nesse sentido, o papel do Projeto Fibrarte era ser “um instrumento de organização do grupo envolvido possibilitando a afirmação de sua identidade e cultura” (DURIGAN, 2006, p.8). No caso aqui analisado, o grupo a ser organizado pela lógica do Projeto Fibrarte seria a

---

<sup>28</sup> Organização não-governamental, sediada em Manaus, que executa projetos direcionados à conservação ambiental e à promoção social, que atua na área da bacia do Rio Negro (FOLHETO FVA, s/d).

AANA assim que constituída enquanto ‘grupo’ organizado sob a forma de associação, pois segundo Dona Percília, artesã que participou do processo de criação da associação, “*entre 1990 a 1994, muitas pessoas produziam artesanato de arumã e de cipó para uso doméstico e vendiam individualmente*”, antecedendo o contato e a implementação do modelo participativo da FVA.

Muitas pessoas vendiam artesanato em Novo Airão, algumas tinham vergonha de vender porque as outras pessoas diziam que isso era coisa de índio, mas isso foi antes. Eu vendia *tupé* na rua e não tinha vergonha. E foi nessa época que o pessoal da FVA começou a procurar as pessoas que sabiam tecer pra criar uma associação de artesãos (Dona Percília, artesã e sócia da AANA desde 1996).

As atividades para implementação do projeto Fibrarte iniciaram em 1994 com o cadastramento dos artesãos que moravam em Novo Airão e em comunidades próximas como na Comunidade Bom Jesus do Puduari e a Comunidade Aracarí e Sobrado. A descrição de “Seu” Manoel sobre o cadastramento dos artesãos realizado pelos técnicos da FVA, responsáveis pelo Projeto Fibrarte revela como se iniciou esse processo e evidência o seu caráter exterior, ou seja, como sendo uma demanda interna da FVA e em certa medida exterior à vivência das pessoas em questão, os futuros associados.

Eu tava em casa, aí encostou uma rabetá<sup>29</sup> lá na beira, desceu uma moça, se apresento disse que estava procurando pessoas que sabiam fazer artesanato, me perguntou se eu fazia, disse que sim mas que era só pra uso de casa mesmo porque eu trabalhava com roçado, farinha e venda de frutas. Fazia artesanato, mas era pra usar em casa, como cesto pra carregar mandioca, peneira, paneiro pra guardar ferramentas, nem era bonito, era grosseiro e feio, só pra uso mesmo. Eu mostrei pra ela (Feliciano), ela disse que tava ótimo que já servia. E que se eu quisesse participar da associação não precisava nem morar em Novo Airão era só levar o artesanato quando tivesse pronto (Seu Manoel, 73, artesão e agricultor aposentado e sócio da AANA desde 1996).

Em seguida, foram realizadas reuniões entre os técnicos do projeto Fibrarte e os artesãos cadastrados que desejavam fazer parte da futura associação de artesãos, essas

---

<sup>29</sup> Uma espécie de canoa com motor.

reuniões ocorriam semanalmente na Igreja Santo Ângelo, com objetivo de assessorar o processo de criação da AANA.

Nas reuniões o pessoal da FVA falava dos benefícios de formar uma associação de artesãos, falavam das coisas que era preciso fazer pra criar a associação: o estatuto, montar a chapa pra diretoria, fazer a eleição para diretoria (Rock Elane, 45, ex-sócia da AANA atualmente é professora concursada pelo município de Manacapuru).

O fato da demanda pela criação da associação ser exterior não impossibilitou a sua realização, o que expressa contrariamente que além dos benefícios anunciados pela FVA e a *ausência de empregos em Novo Airão*, contribuiu para o sucesso e adesão da proposta de criação de uma associação a possibilidade de se ter um novo aliado e facilitador.

As alianças, negociações e a própria sociedade civil organizada (sob a forma de ONGs, sindicatos, cooperativas, associações e colônias) caracteriza uma demanda política que representa interesses diferenciados. E segundo Paul Little (2002: 22) são essas novas possibilidades de alianças como esses setores que atuam em âmbitos locais, regionais, nacionais e internacionais que ampliam, correspondentemente, as formas de atuação política dos povos tradicionais.

Após processo eleitoral, criação e aprovação do estatuto a Associação de Artesãos de Novo Airão - AANA foi fundada no dia 18 de outubro de 1996. Nessa época, as reuniões continuavam a ocorrer na Igreja Santo Ângelo, visto que a atual sede da AANA ainda não existia.

As peças produzidas, neste período, eram compradas pela FVA que se responsabilizava em revendê-las. De acordo com Sebastiana, artesã da AANA, *“funcionava da seguinte maneira: os sócios produziam o artesanato em casa e alguém da diretoria*

*acompanhado pelo Max<sup>30</sup>, passavam de casa em casa recolhendo e comprando as peças dos sócios para revender em Manaus”.*

O projeto Fibrarte, por meio de sua equipe técnica, desenvolveu estudos sobre a ecologia e sustentabilidade do uso de fibras vegetais utilizadas na produção do artesanato; apoiou a formação técnica e política dos artesãos, visando estruturação da auto-suficiência da atividade artesanal; garantiu a comercialização dos produtos da AANA, através da identificação e viabilização de mercados consumidores em feiras e exposições regionais e nacionais e divulgou a experiência de integração entre conservação da biodiversidade e desenvolvimento socioeconômico (DURIGAN,1998).

Por meio dessa divulgação, o Projeto FIBRARTE e a AANA conseguiram recursos para custear a construção da sede da associação, a central de artesanato Dias Figueira. Ao concorrer ao prêmio do Fundo Nacional para a Biodiversidade - FUNBIO, financiado pela Fundação Ford, a AANA foi contemplada com setenta e cinco mil reais, empregados na construção da sede, na realização de oficinas para padronização estética dos artesanatos de arumã visando “capacitar os artesãos segundo regras estéticas que exigiam boa pintura e acabamento das peças, aumentando a aceitabilidade dos produtos no mercado das feiras nacionais e internacionais” (Banner da AANA, s/d).

Em 1996, foi fundada a Associação dos Artesãos de Novo Airão – AANA, quatro anos depois foi inaugurada a Central de Artesanato Dias Figueira, que passou a abrigar um setor de produção, uma loja para comercialização e um depósito de matéria-prima e produtos acabados, além de servir de sede para a AANA

A central de artesanato Dias Figueira foi inaugurada no dia 1º primeiro de maio de 2000, possui um setor de produção que corresponde ao salão retangular muito espaçoso e bem iluminado e arejado por conta das várias janelas, uma loja para comercialização e um depósito

---

<sup>30</sup> Funcionário da FVA que acompanhou todo o processo de fundação da AANA e a implementação do projeto Fibrarte, trabalhou com a AANA até 2002 e foi homenageado pelos sócios que colocaram o seu sobrenome, Dias Figueira, no nome da sede da AANA.

de matéria-prima e produtos acabados, uma sala para reuniões, dois banheiros e um dormitório, além do tanque<sup>31</sup> destinado ao armazenamento dos feixes de arumã.

A apropriação destes espaços pelos sócios se refere, principalmente, à utilização do salão da sede para *teçume do tupés*, por isso ser considerado o setor da produção, de segunda à sexta, pela manhã e tarde, e, aos sábados apenas a loja funciona além das outras dependências da sede.<sup>32</sup>

## 2.1 O Manejo do arumã

A partir de 2000, foram iniciadas as atividades de assessoria técnica pela FVA, já prevista no projeto Fibrarte, visando à implementação do manejo do arumã e seu monitoramento, coordenado pela bióloga Erika Nakazono que realizou o levantamento dos locais onde era permitido fazer a coleta de arumã por meio do manejo, no caso, os igarapés da Área de Proteção Ambiental - APA da margem direita do rio Negro.

Para Durigan (2006, p.9), “o manejo do arumã tornou-se uma estratégia viável para a manutenção da atividade do artesanato da AANA”, tendo em vista o cenário do município de Novo Airão, que possui grande parte de sua área de entorno composta por Unidades de Conservação. No entanto, ressaltamos que a necessidade de implementação do manejo do arumã foi acentuada depois da repreensão do marido de uma das sócias, por parte dos técnicos do IBAMA.

O Malvino (técnico do IBAMA) pegou o Francisco (marido de uma sócia na época) tirando arumã na Anavilhanas e disse pra ele que era proibido porque ali era uma área protegida, porque antes disso o arumã era coletado pelos sócios e sócias em qualquer lugar” (Sonia, tesoureira da AANA).

Com a proibição da extração, foi necessário oferecer uma alternativa aos artesãos, neste sentido, “os saberes tradicionais e científicos têm sido aprimorados através de práticas

---

<sup>31</sup> Os tanques são similares a piscinas retangulares medindo 2 metros por 1 metro e tem uma cobertura de telhas.

<sup>32</sup> O uso dos espaços será esclarecido no último tópico deste capítulo.

de coleta e monitoramento, além de capacitações, cursos e oficinas” (NAKAZONO & CARVALHO, 2006, p.11).

De acordo com Nakazono (2006, p. 20), a primeira etapa é encontrar o igarapé que possua bastante arumã; segunda, fazer uma reunião com a comunidade próxima para informar sobre o trabalho feito como arumã. Caso a comunidade não se oponha, a segunda etapa refere-se à “limpeza do igarapé”, ou seja, tirar os troncos e galhos caídos para que a canoa possa chegar até o arumanzal, demarcação das áreas do arumanzal para fazer levantamento da densidade do arumã.

Antes de realizar as coletas de arumã no igarapé, é preciso saber quanto tem de arumã nesse arumanzal. Para isso, demarca-se a área do arumanzal. Acompanhando a beira do canal, caminha-se com uma trena para medir a extensão do arumanzal. Após obtida a medida da extensão do arumanzal, marca-se os “transectos”. Os transectos são áreas marcadas no arumanzal para contar as touceiras de arumã. Essas áreas são utilizadas também para realizar os monitoramentos anuais. (NAKAZONO, 2006: 21)

Realizada a contagem pode-se fazer a coleta, mas obedecendo a critérios específicos de corte e respeitando o ciclo de três anos para poder repetir corte na mesma área, este ciclo é o descanso. A coleta do arumã ocorre somente no período da seca, quando os igapós não estão mais alagados e ela é feita pelo grupo de coletores sócios de AANA capacitados para fazer o manejo.

A coleta é organizada com antecedência pela equipe de coletores e pelo responsável pelo manejo<sup>33</sup> que irá anotar a quantidade de arumã que foi retirada e de onde foi retirada. Para isso, é necessário um planejamento logístico, feito pela tesoureira da AANA, que prevê qual é a demanda de arumã e se o pagamento dos arumã que será retirado irá custear os gastos com a coleta. O feixe do arumã (cem arumãs) custa quinze reais e, para realizar a coleta, a AANA gasta com gasolina, comida, ajudantes para carregar os feixes e, às vezes, com aluguel ou com conserto do barco da AANA.

---

<sup>33</sup> Os coletores da AANA são Carlito e Rubinho e o atual responsável pelo manejo é a Sonia, que é também tesoureira da associação.

Após três anos, em 2003, a AANA conseguiu a autorização do IPAAM e do IBAMA para realizar o manejo da espécie de arumã, *Ischnosiphon polyphyllus*, na Área de Proteção Ambiental- APA da margem direita do Rio Negro, nos igarapés da Comunidade Sobrado. O manejo está sendo realizado no Igarapé do Cabeçudo e em três igarapés menores próximos do Rio Puduari.

Apesar da permissão do IBAMA e do IPAAM para a realização do manejo do arumã, a AANA ainda encontra muitas dificuldades visto que as áreas de manejo ficam muito afastadas de Novo Airão o que torna a disponibilidade de arumã mais limitada e o preço do produto mais caro.

O que reforça “uma certa” dependência correlação à FVA e aos técnicos, visto que o contato com as comunidades, onde se localizam os igarapés onde é permitida a retirada de arumã por meio da prática do manejo, é mediado pela FVA que já desenvolve outros projetos nessas localidades, assim a negociação quase nunca é “direta”, ou seja, entre os moradores e os sócios da AANA, até porque a maioria das coletas foram feitas em paralelo a outras atividades da FVA nesses locais, ocorrendo um compartilhamento de barco e um gerenciamento das atividades, por parte dos técnicos que acompanham a retirada do arumã.

Para Arruda (1999), no que se refere à implantação de projetos de manejo, as ONGs também podem atuar como mediadoras nas negociações entre os órgãos governamentais e as ditas “populações tradicionais”.

A atividade de manejo transformou a forma tradicional de coleta do arumã, antes essa atividade era realizada pelas famílias concomitante com as atividades de pesca. O associado, sócio ou sócia, acompanhado por algum parente (consangüíneo ou afim, independente de ser homem ou mulher), para auxiliar a cortar e carregar os feixes, iam até a beira do igarapé e retiravam o arumã. A retirada do arumã era familiar e não representava nenhum custo para os associados e, atualmente, é executada de “forma unificada, por

intermédio do grupo coletor da AANA, devidamente autorizado pelos Órgãos Ambientais” (NAKAZONO & CARVALHO, 2006, p.9).

Essa mudança “generificou” a atividade da extração do arumã como masculina; o que anteriormente era familiar e baseado nas relações de parentesco tornou-se individual e baseado na contratação de um serviço em consequência de uma nova dinâmica de apropriação dos recursos naturais decorrente da implementação e fiscalização das áreas de proteção ambiental.

## 2.2 A produção do artesanato de arumã

Baseado no trabalho de campo<sup>34</sup>, verificamos que são seis as etapas de produção do artesanato de arumã: coleta do arumã; lavagem; raspagem; pintura; tecimento e arremate. Destas seis etapas de produção, observamos que apenas a coleta do arumã é realizada, unicamente, por homens: *os coletores da associação*.

A lavagem e raspagem são feitas por mulheres e homens (sócios e sócias) e por crianças que ainda não tecem mas “já ajudam”. Já a pintura é feita preferencialmente por homens sendo estes sócios ou não, visto que os maridos que não possuem emprego e os que têm disponibilidade de tempo quando estão na sede se oferecem pra pintar, caso contrário as sócias pintam as talas.

O tecimento é feito por homens e mulheres associados<sup>35</sup> ou não, sendo oito mulheres e quatro homens. É no momento do tecimento que os intercâmbios entre gêneros são percebidos, devido à proximidade entre sócios e sócias dispostos no chão comumente os

---

<sup>34</sup> Realizado do dia 17 a 30 de janeiro de 2009.

<sup>35</sup> Ressaltamos aqui que a diferença entre sócios e não sócios se dá no nível da formalidade, mas não impede ou limita a participação de parentes e vizinhos que não são sócios, mas que querem produzir no nome de algum. Apenas o sócio pode receber pagamento da AANA, independente da produção ter sido familiar o cheque é nominal ao sócio. Os sócios pagam uma taxa mensal de 5 reais e realizam tarefas como limpeza da associação e seu respectivo terreno. Para se associar à AANA é necessário pagamento da taxa de inscrição de 25 reais e produzir peças semelhantes às encontradas na loja da associação.

sócios e sócias se levantam e vão ajeitar as talas de outro tupé; quando algum associado se levanta ou vai fazer qualquer outra coisa, automaticamente outro sócio ou sócia que esteja disponível continua o tupé já estava sendo tecido. Destacamos que os não-sócios que sabem tecer também participam dessa rotatividade que é permeada por brincadeiras e piadas sobre a disposição em tecer, visto que a justificativa mais comum para alguém não tecer, seja sócio/sócia ou não, é a “preguiça” e não a ausência de conhecimento.

O arremate é feito por mulheres e por homens (sócios e por não sócios) quando a produção se localiza na sede da AANA. No entanto, é a esfera das casas que percebe-se mais nitidamente a complementaridade visto que os homens, os maridos das sócias, realizam o arremate, que consiste em “costurar uma tala na outra para que elas não fiquem frouxas e com espaços entre si”.

Enfim, os filhos e filhas e maridos das sócias participam da produção das peças na sede da AANA, auxiliando a pintar, a tecer e fazendo o arremate, pois majoritariamente os parentes não-sócios produzem em casa, junto com o membro da família que é associado à Associação de Artesãos de Novo Airão- AANA.

### **2.3 A AANA E A DINÂMICA AUTO-SUFICIENTE**

A intensa parceria entre a FVA e a AANA durou até 2001, devido ao término dos recursos do projeto Fibrarte os técnicos foram paulatinamente se retirando da associação. Conseqüentemente, os anos de 2001 e 2002 foram marcados pela adaptação da AANA à nova dinâmica auto-suficiente, onde as vendas diminuíram devido à ausência de articulação com os compradores, o que era anteriormente feita pela FVA, problemas e gastos excedentes na tentativa de organizar e de entender a burocracia que perpassava o funcionamento de uma associação (livros-caixas, emissão de nota fiscal, declaração de isento, etc.)

Para Quinjano (2002), certos “sistemas alternativos de produção”, como a produção e venda de artesanato de arumã na AANA, com a retirada da ONG e seus respectivos projetos

torna inviável e insustentável as produções alternativas anteriormente fomentadas pela mesma.

A somatória destes novos fatores ao funcionamento da AANA alterou não só o caixa da associação, mas a forma de pagamento dos sócios, que passou a ser *proporcional*. Anteriormente, a AANA pagava pelas peças que os sócios entregavam mensalmente, *a associação comprava os artesanatos dos artesãos*.

Com os gastos e seu conseqüente desconto mensal no orçamento, a AANA passou a pagar proporcionalmente os sócios, conciliando os gastos excedentes com a demanda de peças a serem pagas todo mês.

Esse processo de adaptação e suas conseqüentes mudanças acarretaram o afastamento de vários associados e, ao mesmo tempo, revelou que os que permaneceram pertenciam à mesma família. Percebe-se o parentesco atuando de forma decisiva para existência da associação, visto que não só os sócios da associação, mas a diretoria da mesma, foi e ainda, é composta por membros da família Clemente Martins.

Ressaltamos que a atuação do parentesco não se limita só a produção do artesanato, pois na agricultura e na pesca outras redes de parentesco são acionadas nas práticas de ajuda mútua, *mutirões* e nas *trocas dos dias*, envolvendo até parentes de outras localidades.

## CAPÍTULO III

### 3. Gênero, antropologia e estudos rurais

Na Antropologia, trabalhos que refletem sobre a diferença entre os sexos e que percebem a construção, respectiva, de seus significados com algo social e distanciado do determinismo biológico são muitos. No entanto os estudos de gênero realizados em áreas rurais, majoritariamente, apontam para diferenças de gênero bem marcadas e definidas, principalmente, quando se referem às relações de trabalho em diversos sistemas produtivos e sua conseqüente divisão sexual do trabalho.

Tendo como respaldo os estudos de gênero em áreas rurais, na Amazônia, no sul e sudeste e no norte e nordeste do Brasil, apresentados, respectivamente, em Álveres & D’Incao (1995), Paulilo & Brumer (2004) e Scott & Cordeiro (2007) que abrangem principalmente temáticas como as relações de gênero e de trabalho na agricultura, na pesca, na caça e coleta, no extrativismo da seringa e na produção de artesanato.

Estas pesquisas tratam de diferenças de gênero com relação à divisão sexual do trabalho, bem como as lutas e as conquistas das mulheres no meio rural Aproximando-se da perspectiva teórica de Ortner & Whitehead (1981) que assumem a dominação masculina como universal, assim como o status secundário da mulher. Esse “universal” deixa de ser uma regra biológico-genética para ser uma regra cultural universal, já que a diferença se expressa na divisão dos papéis simbólicos e econômicos.

Nesta perspectiva, o gênero é algo que parte do biológico, engendrando uma elaboração cultural que se baseia na estrutura de prestígio, onde o prestígio é masculino. O caráter de denúncia da invisibilidade feminina dentro de alguns sistemas produtivos e o desejo pela “tomada de consciência” da subordinação da mulher ao domínio masculino, presente em algumas dessas bibliografias, pode pressupor a generalização da condição feminina, da

dominação masculina e da divisão sexual do trabalho dualmente fixa como algo recorrente às realidades rurais brasileiras. O problema da generalização da condição feminina e da dominação masculina é que o mundo feminino é abordado separadamente do masculino e do mundo social.

Paulilo & Brumer (2004) e Scott & Cordeiro (2007), apresentam realidades rurais onde os papéis, masculinos e femininos são bem definidos e praticamente não ocorrem intercâmbios de tarefas, tal posicionamento teórico se insere na trajetória do conceito de gênero, sendo similar ou significando as conceituações de Hérítier (1989).

Para Hérítier (1989), o gênero não está totalmente colado ao biológico, mas a percepção de gênero baseia-se na percepção da diferença que é construída a partir da percepção da diferença biológica, mas a construção social do gênero a interessa enquanto “artefato de ordem geral, fundado sobre a repartição sexual das tarefas, as quais com a proibição do incesto/obrigação exogâmica e a instauração de uma forma reconhecida de união, constituem os três pilares da família e da sociedade, seguindo aqui a inspiração lévi-straussiana” (GONÇALVES, p.10).

Esses posicionamentos teóricos sintetizam suficientemente as concepções de gênero e suas respectivas interpretações quando referentes às realidades rurais brasileiras, o que evidencia que a realidade empírica aqui analisada, o sistema produtivo do artesanato de arumã da AANA, se distancia dos modelos teóricos expostos acima.

### **3.1 Relações produtivas e de gênero no interior da AANA**

O artesanato de arumã assume importância econômica para todos os associados, as peças produzidas familiarmente, ou juntamente com os outros associados na sede são vendidas em feiras locais, regionais e nacionais. Essa renda paga os cheques mensais dos associados, garante a manutenção da sede e sua respectiva loja e cobre os custos de logísticos referentes à ida às feiras.

A produção do artesanato de fibras de arumã é familiar, mas se subdivide em dois espaços: na sede da AANA e na casa dos sócios. O artesanato quando produzido na sede AANA tem sua confecção orientada pela ajuda – mútua, entre os sócios que estão na sede, o que flexibiliza a divisão sexual do trabalho.

E quando produzido na casa dos sócios é a dinâmica familiar, no interior de cada casa, que define como se dá a produção do artesanato e conseqüentemente a distribuição das tarefas com base no gênero, na idade e de acordo com a disponibilidade de tempo de cada um dos envolvidos. Os trabalhos empíricos, orientados por uma preocupação com as contextualizações do gênero e com as várias significações possíveis, não permitem a existência de significados fixos ou universalizantes, com já vistos.

Os associados, quando produzem no salão da sede, são acompanhados por outros sócios ou por parentes, independente de serem sócios ou não, devido à produção do artesanato ser familiar os membros da família dos associados, podem até não tecer, mas todos sabem “minimamente” tecer, e por isso participam freqüentemente da produção.

A confecção do artesanato é feita no chão do salão, da sede, onde ficam dispostos os feixes de arumã que serão cortados de acordo com o tamanho dos tupés a serem feitos; os arumãs que serão raspados e *destalados* e depois tingidos e as talas de arumã que já foram pintadas.

O uso do salão para a produção de artesanato é coletivo, ou seja, vários sócios (homens e mulheres) vão ao salão tecer. O trabalho de tecer um tupé consiste em sentar na extremidade de um conjunto de talas e trançá-las até a outra extremidade.

Para produzir os sócios sentam relativamente próximos uns dos outros e o contato visual com o tupé alheio que é seguido por comentários e recomendações de como fazer, e o que fazer, mas esses diálogos não possuem conotação competitiva ou pejorativa, são antes resultado da noção de que *os tupés são da AANA e são produzidos pela AANA, e a AANA é*

*um coletivo e a produção é coletiva*, diria até familiar visto que os sócios se consideram uma família.

Não existem regras ou restrições que designem que a confecção de um tupé seja realizada por uma única pessoa, é comum ver duas ou mais pessoas (de ambos os sexos) se envolverem na elaboração da mesma da peça, seja continuando o tecimento de outro sócio, ou apenas opinando sobre a melhor trama a ser utilizada.

Da mesma forma que não existe regras ou modelos que pautem se determinada etapa, das produção, é masculina ou feminina, visto que a deliberação de quem vai realizar o que é circunstancial, é coletiva. São as contextualizações empíricas acerca do significado das relações de gênero, como sugere Marylin Sthartern (2006), que pautam qual trabalho será desempenhado pelo homem ou pela mulher. E a produção do artesanato de arumã é pautada nas relações de ajuda - mútua e nas relações de parentesco que perpassam toda a produção do artesanato de arumã.

As relações de parentesco ainda foram reforçadas pela saída de muitos sócios, pois com um contingente menor, a AANA precisa trabalhar mais e mais rápido e isso é outro fator que instaura a complementaridade entre os gêneros (masculinos e femininos) durante as etapas de produção, complementaridade, pois a única etapa que é realizada apenas por homens é a coleta do arumã.

Como demonstrado, na produção do artesanato de arumã, o parentesco e ajuda-mutua é que regulam a distribuição das tarefas entre os gêneros; pois todos os membros da família participam da produção e *a AANA é um coletivo e a produção é coletiva*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, constatamos que a distribuição das tarefas, na produção do artesanato de arumã, não é pautada pela diferença sexual, pois as diferenças de idade/geração, posição na família, parentesco, noção de pertencimento à AANA convivem e significam as relações de gênero que perpassam a confecção do artesanato de arumã.

Nesta perspectiva, nos afastamos da percepção comum aos estudos de gênero em áreas rurais que descrevem uma divisão sexual do trabalho bem definida onde os papéis masculinos e femininos tem seus respectivos espaços e funções, ofuscando as possibilidades de intercâmbios e flexibilizações, visto que os conceitos de gênero e suas representações são perpassadas por outras relações sociais transcendendo, assim, à diferença sexual<sup>36</sup>.

A título de concluir essa pesquisa é imprescindível evidenciar novamente a especificidade dos dados levantados em campo e, em paralelo, considerar a dificuldade de analisar uma realidade que não se encaixa ou não é mostrado na maioria das bibliografias sobre mundo rural e relações de trabalho e gênero.

Nesse mesmo sentido, essa pesquisa foi base para a discussão proposta na minha monografia<sup>37</sup> e permitiu elaborar uma proposta de projeto de mestrado, com o qual pude concorrer á seleção do Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social- PPGAS (2009-2001) onde estou matriculada desde março do corrente ano.

Essas considerações finais visam demonstrar as possibilidades de aprofundamento da temática aqui trabalha, pois que as concepções que permeiam essa realidade rural, aqui analisada, num primeiro plano distância-se dos conceitos clássicos de campesinato e a dicotomia rural-urbano; e em segundo mostram que, talvez em decorrência disso, as relações de gênero percebidas são valoradas afastando-se também de percepções “mais claras”, onde o

---

<sup>36</sup> É neste sentido **que** ao longo deste trabalho optamos, por vezes, escrever distribuição diferenciada de tarefas; ao invés de divisão sexual do trabalho

<sup>37</sup> Nas tramas do arumã: relações familiares e de gênero na associação de artesãos de Novo Airão-AANA.

prestígio é masculino e a mulher está “invisibilizada” e a divisão sexual do trabalho parece emergir enquanto modelo interpretativo dualmente fixa como algo recorrente às realidades rurais brasileiras

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Neuma. *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro; Record: Rosa dos Tempos, 1997.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. In: *Ruris*, Vol. 1 n°: 2. 2007, pp.157-186.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ÁLVARES, Maria Luiza Miranda & D’INCAO, Maria Angela (Org.). *A mulher existe? uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995.

ARRUDA, Rinaldo. *Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação*. In: *Ambiente & Sociedade*, n° 5, 1999.

CANCLINI, Néstor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CLASTRES, Pierre. O arco e o cesto. In: *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves S.A, 1978.

CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 4ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, pp.95-105.

COLLIER, Jane & YANAGISAKO, Silvia (Org.) *Gender and Kinship: essays toward a unified analysis*. Stanford, Stanford University Press, (1987)

DAMATTA, Roberto. Trabalho de Campo. In: *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, pp.143-173.

DURIGAN, Carlos César. *Projeto Fibrarte: artesanato de fibras vegetais uma alternativa econômica e ecologicamente responsável*. Manaus: Fundação Vitória Amazônica – FVA. 1998.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: NAKAZONO, Érica (Org.). *Manejo do Arumã no Baixo Rio Negro: uso tradicional de um produto florestal não madeireiro no artesanato de fibras vegetais*. Manaus: Fundação Vitória Amazônica – FVA. 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Traduzido por Roberto Machado. 11 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONÇALVES, Marco Antonio. *Algumas reflexões e críticas sobre os estudos de gênero na Antropologia*. s/d, pp:1-17.

GROSSI, Miriam Pillar. *Identidade de gênero e sexualidade*. In: Antropologia em Primeira Mão, Vol. 24. Florianópolis, (s/d), pp: 1-15.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira de estar no tempo. In: *Sociedades Caboclas Amazônicas*. Rio de Janeiro: 2006

HEILBORN, Maria Luiza. *Usos e abusos da categoria de gênero*. s/d, pp: 39-44.

HÉRITIER, Françoise. Masculino e Feminino. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa; 1980.

IBAMA. Disponível em: . Acesso: 12/08/2008 às 14h00min.

LAMPHERE, Louise & ROSALDO, Michele. *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.

LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO de 2000. Disponível em:  
<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9985.htm> Acesso: 12/08/2008 às 10h:35min.

LEITE LOPES, José. Sérgio (Org.). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: NuAP – Ed. Relume & Dumará, 2004.

\_\_\_\_\_. *Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação*. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, nº 25, p. 31-64, jan./jun. 2006

LÉNA, Philippe. *A atuação sócio-ambiental de uma ONG ambientalista na Amazônia: A Fundação Vitória Amazônica*. Entrevista com Muriel Saragoussi. In: Lusotopie. 2002/1, p.293-301. Acesso dia 12/02/08 às 11h11min. Disponível em:  
<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/saragoussi-lena.rtf>

LINS RIBEIRO, Gustavo. *Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento*. In: Série Antropologia, nº 123. Brasília: UnB: Flacso.1992

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. In: Série Antropologia, nº 322. Brasília: UnB. 2002

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: objeto, métodos e alcance desta pesquisa, In: ZALUAR, Alba Guimarães (Org.). *Desvendado máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves S.A, 2ª Ed. 1980, pp. 39-61.

MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 4ª Ed. 2000.

MENEZES, Elieyd Sousa de. *A comunidade Bom Jesus do Puduari e os conflitos sócio-ambientais em Novo Airão/ AM*. Monografia de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. 2008.

NAKAZONO, Érica. *Manejo do Arumã no Baixo Rio Negro: uso tradicional de um produto florestal não madeireiro no artesanato de fibras vegetais*. Manaus: Fundação Vitória Amazônica – FVA. 2006.

\_\_\_\_\_. & CARVALHO, Franklin Plessmann. *Mulheres do Arumã do Baixo Rio Negro*. Coleção Movimentos Sociais, Identidades Coletivas e Conflitos. Vol. 12. Manaus: PPGSCA-UFAM – FUNDAÇÃO FORD, 2006

ORTNER, Sherry & WHITEHEAD, Harriet. *Sexual meanings: the cultural construction of gender and sexuality*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

PAULILO, Maria Ignez e BRUMER, Anita. *Dossiê: as agricultoras do sul do Brasil*. In Revista Estudos Feminista. Vol.12, nº1. Santa Catarina, 2004.

PIERUCCI, Antonio Flávio. A diferença faz diferença, ou a produtividade social da diferença. In: *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1998, pp.119-149.

PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

\_\_\_\_\_. *Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco*. In Estudos Feministas Vol.6 N. 2/98.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Fascículo: *Mulheres do arumã do Baixo Rio Negro*, Amazonas. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Nº: 12. Manaus: 2006

QUINJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002, pp:477-512.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Educação e Realidade. Porto Alegre: vol.16, nº2. 1990, pp.5-22

\_\_\_\_\_. Experiência. In: *Falas de Gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, pp: 21-53.

SCOTT, Russel Parry & CORDEIRO, Rosineide de L. M. *Dossiê: Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil*. In Revista Estudos Feminista. Vol.15, nº2. Santa Catarina, 2007.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades Conservação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9985.htm>. Acesso: 12/04/2008 às 10h:35min.

STRATHERN, Marilyn. *Nature, culture and gender*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980

\_\_\_\_\_. *Entre uma Melanesianista e uma feminista*. Cadernos Pagu (8/9) 1997.

\_\_\_\_\_. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

SUÁREZ, Mireya. A problematização das diferenças de gênero e a antropologia. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

WOORRTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: UNB, 1995.

